

**PORTARIA Nº 3.707 /2017-MP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista os termos do Ofício nº 003/2017, datado de 26/5/2017,

**R E S O L V E :**

PRORROGAR o prazo de conclusão dos trabalhos da Sindicância Administrativa Investigatória, instaurada por meio da Portaria Nº 2.701/2017-MP/PGJ, de 8/5/2017, publicada no D.O.E. de 15/5/2017, por 30 (trinta) dias, nos termos do Parágrafo Único do art. 201, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 13 de junho de 2017.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3.131/2017-MP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista os termos do Memo nº 34/2017/ASS/JUR/PGJ, datado de 24/5/2017,

**R E S O L V E :**

DESIGNAR o Promotor de Justiça BENEDITO WILSON CORRÊA DE SÁ para funcionar como longa manus da Procuradoria-Geral de Justiça nos autos do Processo nº 0002548-09.2016.8.14.0701, nos termos do art. 76 da Lei nº 9.099/1995, oferecer proposta de transação penal ao autor, ou não sendo aceita, ou se mostre inadequada, que ofereça, então, a pertinente denúncia, nos termos do art. 77 do referido diploma legal, em desfavor de Marcelo dos Santos Guilherme, pela prática do delito tipificado no. art. 54, § 1º, da Lei nº 6.605/1998.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 25 de junho de 2017.

DULCELINDA LOBATO PANTOJA

Procuradora-Geral de Justiça, com delegação

**PORTARIA Nº 3.130/2017-MP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista os termos do Memo nº 33/2017/ASS/JUR/PGJ, datado de 24/5/2017,

**R E S O L V E :**

DESIGNAR o Promotor de Justiça BENEDITO WILSON CORRÊA DE SÁ para funcionar como longa manus da Procuradoria-Geral de Justiça nos autos do Processo nº 0002297-88.2016.8.14.0701, nos termos do art. 76 da Lei nº 9.099/1995, oferecer proposta de transação penal ao autor, ou não sendo aceita, ou se mostre inadequada, que ofereça, então, a pertinente denúncia, nos termos do art. 77 do referido diploma legal, em desfavor de Sérgio Augusto Pompeu Gonçalves, pela prática do delito tipificado no. art. 54, § 1º, da Lei nº 6.605/1998.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 25 de maio de 2017.

DULCELINDA LOBATO PANTOJA

Procuradora-Geral de Justiça, com delegação

**PORTARIA Nº 3.132/2017-MP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista os termos do Memo nº 35/2017/ASS/JUR/PGJ, datado de 24/5/2017,

**R E S O L V E :**

DESIGNAR o Promotor de Justiça BENEDITO WILSON CORRÊA DE SÁ para funcionar como longa manus da Procuradoria-Geral de Justiça nos autos do Processo nº 0001863-02.2016.8.14.0701, nos termos do art. 76 da Lei nº 9.099/1995, oferecer proposta de transação penal ao autor, ou não sendo aceita, ou se mostre inadequada, que ofereça, então, a pertinente denúncia, nos termos do art. 77 do referido diploma legal, em desfavor de Zilda Sobreira Pimentel, pela prática do delito tipificado no. art. 54, § 1º, da Lei nº 6.605/1998.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 25 de maio de 2017.

DULCELINDA LOBATO PANTOJA

Procuradora-Geral de Justiça, com delegação

**PORTARIA Nº 3.133/2017-MP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista os termos do Memo nº 36/2017/ASS/JUR/PGJ, datado de 24/5/2017,

**R E S O L V E :**

DESIGNAR o Promotor de Justiça BENEDITO WILSON CORRÊA DE SÁ para funcionar como longa manus da Procuradoria-Geral de Justiça nos autos do Processo nº 0002322-04.2016.8.14.0701,

nos termos do art. 76 da Lei nº 9.099/1995, oferecer proposta de transação penal ao autor, ou não sendo aceita, ou se mostre inadequada, que ofereça, então, a pertinente denúncia, nos termos do art. 77 do referido diploma legal, em desfavor de Francisco de Assis Gomes da Costa, pela prática do delito tipificado no. art. 54, § 1º, da Lei nº 6.605/1998.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 25 de maio de 2017.

DULCELINDA LOBATO PANTOJA

Procuradora-Geral de Justiça, com delegação

**PORTARIA Nº 881/2017-MP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a autonomia administrativa do Ministério Público, assegurada pela Constituição Federal em seu art. 127, § 2º;

CONSIDERANDO a competência administrativa do Procurador-Geral de Justiça, estabelecida no art. 18, inciso V, da Lei Complementar n.º 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços no Ministério Público do Estado do Pará,

**R E S O L V E :**

SUSPENDER, por necessidade de serviço, o 1º período de férias do Promotor de Justiça GILBERTO VALENTE MARTINS, estabelecidas pela Portaria n.º 8.151/2016-MP/PGJ, no período de 1/2 a 2/3/2017, a contar de 24/2/2017, restando 7 (sete) dias para gozo oportuno.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 14 de fevereiro de 2017.

MIGUEL RIBEIRO BAIA

Procurador-Geral de Justiça, em exercício

**PORTARIA Nº 3.406/2017-MP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista os termos do Ofício nº 073/2017-CEAF/MP, datado de 17/5/2017, protocolizado sob o nº 20460/2017, em 22/5/2017,

**R E S O L V E :**

CONVOCAR os Promotores de Justiça abaixo relacionados, nas datas indicadas, para atuarem como colaboradores no Curso de Ambientação dos Membros Ingressantes na Carreira do Ministério Público:

**Promotor**

**Período**

IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA

23 a 24 de maio de 2017

LILIAN PATRÍCIA DUARTE DE SOUZA GOMES

29 de maio de 2017

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício, Belém, 24 de maio de 2017.

DULCELINDA LOBATO PANTOJA

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício

**PORTARIA Nº 3.303/2017-MP/PGJ**

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO a autonomia administrativa do Ministério Público, assegurada pela Constituição Federal em seu art. 127, § 2º;

CONSIDERANDO a competência administrativa do Procurador-Geral de Justiça, estabelecida no art. 18, inciso V, da Lei Complementar n.º 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços no Ministério Público do Estado do Pará,

**R E S O L V E :**

SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias de membros do Ministério Público do Estado do Pará, concedidas e autorizadas pela Port. n.º 8.151/2016-MP/PGJ, de conforme quadro:

PROTOCOLO	NOME	EXERCÍCIO	PERÍODO	DÍAS DE GOZO	A CONTAR DE	DÍAS RESTANTES
58615/2016	ACENILDO BOTELHO PONTES	2016/2017	1º	09/01 a 07/02/2017	09/01/2017	30
58737/2016	ANETTE MACEDO ALEGRIA	2016/2017	1º	09/01 a 07/02/2017	09/01/2017	30
432/2017	ANGELA MARIA BALIEIRO QUEIROZ	2016/2017	1º	09/01 a 07/02/2017	09/01/2017	30

1538/2017	DANIEL MENEZES BARROS	2016/2017	1º	09/01 a 07/02/2017	09/01/2017	30
408/2017	ELAINE CARVALHO CASTELO BRANCO	2016/2017	1º	09/01 a 07/02/2017	09/01/2017	30
10753/2017	ERIKA MENEZES DE OLIVEIRA	2016/2017	1º	02 a 31/05/2017	02/05/2017	30
8417/2017	FRANCISCO DE ASSIS SANTOS LAUZID	2016/2017	2º	03/03 a 01/04/2017	03/03/2017	30
251/2017	FREDERICO AUGUSTO DE MORAIS FREIRE	2016/2017	1º	09/01 a 07/02/2017	09/01/2017	30
8459/2017	GUILHERME CHAVES COELHO	2016/2017	2º	06/03 a 04/04/2017	06/03/2017	30
696/2017	ISAÍAS MEDEIROS DE OLIVEIRA	2016/2017	1º	09/01 a 07/02/2017	09/01/2017	30
58739/2016	JACIREMA FERREIRA DA SILVA E CUNHA	2016/2017	1º	09/01 a 07/02/2017	09/01/2017	30
8514/2017	LILIANE CARVALHO RODRIGUES DE OLIVEIRA	2016/2017	1º	06/03 a 04/04/2017	06/03/2017	30
540/2017	MARGARETH PUGA CARDOSO SINIMBU	2016/2017	1º	09/01 a 07/02/2017	09/01/2017	30
8426/2017	MARIA DE BELÉM SANTOS	2016/2017	1º	02 a 31/03/2017	02/03/2017	30
174/2017	MARIO RAUL VICENTE BRASIL	2016/2017	1º	09/01 a 07/02/2017	09/01/2017	30
8981/2017	NADILSON PORTILHO GOMES	2016/2017	1º	02 a 31/03/2017	02/03/2017	30
8841/2017	OCIRALVA DE SOUZA FARIAS TABOSA	2016/2017	1º	09/01 a 07/02/2017	09/01/2017	30
13261/2017	PATRICIA CARVALHO MEDRADO ASSMANN	2016/2017	2º	03/07 a 01/08/2017	03/07/2017	30
545/2017	PEDRO PAULO BASSALO CRISPINO	2016/2017	1º	09/01 a 07/02/2017	09/01/2017	30
6199/2017	REGINA FATIMA SADALLA SILVA	2016/2017	1º	20/02 a 21/03/2017	08/03/2017	14
789/2017	RENILDA MARIA GUIMARAES FERREIRA	2016/2017	1º	09/01 a 07/02/2017	09/01/2017	30
370/2017	ROBERTO ANTONIO PEREIRA DE SOUZA	2016/2017	1º	09/01 a 07/02/2017	09/01/2017	30
3618/2017	ROBERTO JOAQUIM DA SILVA FILHO	2016/2017	2º	08/02 a 09/03/2017	08/02/2017	30
8331/2017	ROSANA PAES PINTO	2016/2017	1º	02 a 31/03/2017	02/03/2017	30
541/2017	SINARA LOPES LIMA DE BRUYNE	2016/2017	1º	09/01 a 07/02/2017	09/01/2017	30
9012/2017	SUMAYA SAADY MORHY PEREIRA	2016/2017	1º	02 a 31/03/2017	02/03/2017	30
11805/2017	THIAGO TAKADA PEREIRA	2016/2017	1º	03/04 a 02/05/2017	03/04/2017	30
13179/2017	VANESSA HERCULANO RIBEIRO	2016/2017	1º	03/04 a 02/05/2017	03/04/2017	30
13029/2017	VANIA CAMPOS DE PINHO	2016/2017	2º	03/04 a 02/05/2017	03/04/2017	30
11729/2017	WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO	2016/2017	2º	03/04 a 02/05/2017	03/04/2017	30

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 30 de maio de 2017.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

**PORTARIA Nº 3.302/2017-MP/PGJ**

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO a autonomia administrativa do Ministério Público, assegurada pela Constituição Federal em seu art. 127, § 2º;

CONSIDERANDO a competência administrativa do Procurador-Geral de Justiça, estabelecida no art. 18, inciso V, da Lei Complementar n.º 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços no Ministério Público do Estado do Pará,

**R E S O L V E :**

SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias de membros do Ministério Público do Estado do Pará, concedidas e autorizadas